

Esmam AGENDA

GESTÃO | Toma posse a nova diretoria da Escola da Magistratura do Maranhão
<http://www.tjma.jus.br/tj/visualiza/sessao/19/publicacao/424366>

FORMAÇÃO | Juízes e servidores recebem certificados de especialistas em Teoria e Prática da Decisão Judicial
<http://www.tjma.jus.br/esmam/visualiza/sessao/51/publicacao/424351>

Formulário do Conselho Nacional de Justiça ajudará vítimas de violência doméstica

A ferramenta pretende identificar fatores que indiquem a probabilidade de nova ocorrência de ato de violência doméstica e sua gravidade e conscientizar a mulher do grau de risco a que se encontra exposta.

<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=403300>

Seminário vai discutir políticas judiciárias para segurança pública

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai realizar nos próximos dias 25 e 26, no auditório do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o seminário Políticas Judiciárias e Segurança Pública. O evento tem por finalidade fazer diagnósticos e elaborar propostas de criação e aprimoramento de políticas judiciárias relacionadas à temática da segurança pública, a fim de promover melhor eficiência no planejamento institucional e nas decisões judiciais.

http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Semin%C3%A1rio-vai-discutir-pol%C3%ADticas-judici%C3%A1rias-para-seguran%C3%A7a-p%C3%BAblica

DIREITOS AUTORAIS/A palavra do músico: streaming e a decisão do STJ sobre direitos autorais

http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/A-palavra-do-m%C3%BAsico-streaming-e-a-decis%C3%A3o-do-STJ-sobre-direitos-autorais

CONSUMIDOR/Terceira Turma reafirma dano moral coletivo contra banco por demora excessiva em filas

http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Terceira-Turma-reafirma-dano-moral-coletivo-contra-banco-por-demora-excessiva-em-filas

CIVIL/TJ atende pedido de homem para retirar sobrenome paterno com base na dignidade humana

[http://boletimjuridico.publicacoesonline.com.br/tj-atende-pedido-de-homem-para-retirar-sobrenome-paterno-com-base-na-dignidade-humana](http://boletimjuridico.publicacoesonline.com.br/tj-atende-pedido-de-homem-para-retirar-sobrenome-paterno-com-base-na-dignidade-humana/?utm_source=boletimjuridico&utm_medium=click&utm_content=tj-atende-pedido-de-homem-para-retirar-sobrenome-paterno-com-base-na-dignidade-humana)

AMBIENTAL/Proteção mínima do antigo Código Florestal deve prevalecer sobre legislação municipal

http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Prote%C3%A7%C3%A3o-m%C3%ADnima-do-antigo-C%C3%B3digo-Florestal-deve-prevalecer-sobre-legisla%C3%A7%C3%A3o-municipal

TJPA - Seção de Direito Privado mantém decisão sobre união estável

<https://www.plenum.com.br/boletins/detalhes/44907>

DANOS MORAIS/DNIT e empresa prestadora de serviços devem pagar danos morais, materiais e patrimoniais a motorista acidentado em BR

<http://boletimjuridico.publicacoesonline.com.br/dnit-e-empresa-prestadora-de-servicos-devem-pagar-danos-morais-materiais-e-patrimoniais-a-motorista-acidentado-em-br/>

CRIMINAL/Quebra de sigilo de celular em audiência de custódia sem fundamentação é nula

https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI296485,101048-Quebra+de+sigilo+de+celular+em+audiencia+de+custodia+sem?utm_source=informativo&utm_medium=migalhas4544&utm_campaign=migalhas4544

CRIMINAL/Falta de juiz não flexibiliza exigência de audiência de custódia

<https://www.conjur.com.br/2019-fev-18/falta-juiz-nao-flexibiliza-exigencia-audiencia-custodia>



NOSSA ESTANTE

KIM, David; SOLOMON, Michel G. Fundamentos de segurança de sistemas de informação. Rio de Janeiro: LTC, 2014. 386 p.

Artigo PENAL

CRIMES HEDIONDOS : Uma análise da possibilidade jurídica da aplicação ou não da reincidência qualificada para obtenção da Progressão de Regime.

Flávia Oliveira

<https://defensoriaaivoeuu.jusbrasil.com.br/artigos/676615391/crimes-hediondos-uma-analise-da-possibilidade-juridica-da-aplicacao-ou-nao-da-reincidencia-qualificada-para-obtencao-da-progressao-de-regime?ref=feed>

LEGISLAÇÃO e ATOS NORMATIVOS

CNJ

PORTARIA Nº 23, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2019

Dispõe sobre a Estrutura Orgânica do Conselho Nacional de Justiça.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, em conformidade com o disposto no art. 24 da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, e no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.463, de 4 de agosto de 2011, e com fundamento nas informações constantes no Processo Administrativo Eletrônico SEI 00837/2019, resolve:

Art. 1º O quantitativo e a denominação dos cargos em comissão e das funções comissionadas, bem como sua distribuição na Estrutura Orgânica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) passam a vigorar na forma dos Anexos I, II e III.

Art. 2º A ocupação dos cargos em comissão no CNJ obedecerá aos seguintes limites: I - 50%, no mínimo, da totalidade dos cargos em comissão será destinada a servidores do quadro do CNJ; II - 21%, no máximo, da totalidade dos cargos em comissão poderá ser destinada a servidores sem vínculo com a administração pública; e III - 45%, no máximo, dos quantitativos definidos especificamente para os cargos CJ-1, CJ-2 e CJ-3, poderá ser ocupado por servidores de que trata o inciso anterior.

Art. 3º O Departamento de Gestão Estratégica fica autorizado a promover os ajustes decorrentes desta Portaria no Manual de Organização.

Art. 4º Ficam revogadas as Portarias nº 105, de 14 de setembro de 2018, e nº 118, de 2 de outubro de 2018.

Art. 5º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

DOU de 08/02/2019 | Edição: 28 | Seção: 1 | Página: 95

http://www.in.gov.br/material/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/62589843

CGJ/MA

PROV - 72019

Altera o art. 668 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Maranhão (Provimento nº 11, de 08 de outubro de 2013), a fim de permitir a lavratura de escritura pública de separação, divórcio e dissolução de união estável, ainda que haja filhos incapazes e nascituros.

Informações de Publicação

Edição:22/2019

Disponibilização:05/02/2019 às 11:37

Publicação: 06/02/2019

PROV - 82019

Cria o Núcleo de Regularização Fundiária Rural e Urbano âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Maranhão e estabelece sua composição e atribuições.

Informações de Publicação

Edição:21/2019

Disponibilização:04/02/2019 às 11:02

Publicação:05/02/2019

PROV - 62019

Altera a redação do parágrafo único do art. 1º do Provimento nº 1/2019.

Informações de Publicação

Edição: 20/2019

Disponibilização: 01/02/2019 às 11:44

Publicação: 04/02/2019

PROV - 32019

Regulamenta a distribuição de processos judiciais e procedimentos administrativos, bem como a realização de inspeções, entre as varas com competências para a matéria registros públicos do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís e dá outras providências.

TJMA

RESOL-GP - 52019

Altera a Resolução nº 44/08 que dispõe sobre a descrição dos cargos comissionados e funções gratificadas do Poder Judiciário do Estado do Maranhão

Informações de Publicação

Edição:21/2019

Disponibilização:04/02/2019 às 11:02

Publicação:05/02/2019

RESOL-GP - 42019

Altera o § 2º do art. 77 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a decisão proferida na sessão plenária administrativa ordinária do dia 07 de novembro de 2018,

Informações de Publicação

Edição:17/2019

Disponibilização:29/01/2019 às 13:22

Publicação:30/01/2019

RESOL-GP - 12019

(relativo ao Processo 274952018)Inclui o parágrafo único no art. 17 da Resolução nº 39/18, que dispõe sobre a concessão de diárias, passagens aéreas, bem como inscrição em curso de aperfeiçoamento,

congresso ou evento assemelhado para magistrados, servidores e colaboradores, inclusive eventuais, do Poder Judiciário do Maranhão e dá outras providências.

Informações de Publicação

Edição: 9/2019

Disponibilização: 17/01/2019 às 11:05

Publicação:18/01/2019

RESOL-GP - 32019

Dispõe sobre a descrição das funções gratificadas criadas pela nº Lei Complementar n.º 198, de 7 de novembro de 2017 e outras providências.

Informações de Publicação

Edição: 8/2019

Disponibilização:16/01/2019 às 13:14

Publicação:17/01/2019

RESOL-GP - 22019

Altera a RESOL-GP - 152016, 28 de abril de 2016, que regulamenta o Programa de Estágio no Poder Judiciário do Estado do Maranhão, para estudantes de instituições de ensino superior, públicas e privadas.

Informações de Publicação

Edição: 8/2019

Disponibilização: 16/01/2019 às 13:14

Publicação:17/01/2019

SUGESTÕES/INFORMAÇÕES

Biblioteca da Esmam
bibliotecaesmam@tjma.jus.br
(98) 3268-4013